

DOSSIÊ POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**INVESTIMENTO NA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER POR NÍVEIS DE ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO***Investment in the sport and leisure function by levels of the Human Development Index*DOI: <http://dx.doi.org/10.36453/2318-5104.2017.v15.n2.p49>**Edmilson Santos dos Santos¹, Edson Hirata²**¹Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF)²Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-CM)

Resumo: O desenvolvimento humano pleno implica na melhoria constante do bem-estar da população. Dentre as ações que impactam nele estão as atividades esportivas e o lazer. Nesse sentido, o presente estudo teve os seguintes objetivos: (a) verificar se os investimentos acumulados a partir de 2002 impactaram na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010; (b) verificar se o IDH de 2010 fez melhorar os investimentos na Função Desporto e Lazer *per capita* em 2011/2012, quando comparado com o resultado de 2002. A análise das médias e medianas permitiu concluir que: os investimentos acumulados não ajudam a explicar a melhora do IDH de 2010; o aumento no investimento *per capita* em 2011/2012 na Função Desporto e Lazer não pode ser justificado pela melhoria do IDH apresentado pelos municípios do Piauí. Nesse sentido, o IDH não é uma variável capaz de explicar os investimentos realizados nas políticas públicas de esporte e de lazer.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Financiamento.

Abstract: A full human development implicates the constant improvement of population's well-being. Among actions that affect this, are sports and leisure activities. In this manner, the present study established the following objectives: (a) verifying if cumulative investments since 2002 had an impact on the enhancing of Human Development Index (HDI) identified in the 2010 PNUD's report; (b) verifying if the 2010 HDI has improved *per capita* investments in the Sport and Leisure Function (SLF) from 2011/2012, when compared to SLF from 2002. The analysis of averages and medians allowed us to conclude cumulative investments have not helped explaining the improvement in HDI from 2010; the raising in *per capita* investments in 2011/2012 in the SLF cannot be justified by the improvement presented by municipalities in Piauí regarding 2010 HDI. Thus, HDI is not a variable capable of explaining investments in public sports and leisure policies.

Keywords: Public Policies; Sport; Financing.

1 INTRODUÇÃO

Os municípios têm sido atores ativos no investimento das políticas públicas de esporte e de lazer. Seus investimentos são cadastrados junto ao Tesouro Nacional através da Função Desporto e Lazer (FDL). Essa função procura condensar quatro tipos de subfunções: Lazer, Desporto Comunitário, Desporto Rendimento e Demais Subfunções de Desporto e Lazer.

Mesmo a Constituição de 1988 não imputando qualquer responsabilidade do menor ente federado na formulação de políticas públicas de esporte e de lazer (BRASIL, 1988), os municípios têm respondido de maneira efetiva a essa agenda. Pegando por base o ano de 2002, no estado do Piauí os valores investidos na FDL foram de R\$ 5.753.909,71, 0,55% do total gasto pelos municípios brasileiros. Em 2012 esse valor já era de R\$ 24.901.651,41 e 0,69% do total do investimento dos municípios¹. Um aumento no orçamento do esporte e do lazer, em uma década, de quase cinco vezes. Como pode ser observado, os valores envolvidos não são desprezíveis.

No entanto, pouco se conhece sobre que variáveis explicam esses resultados. Duas questões sobressaem: os investimentos na FDL impactam na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano? Ou, pelo contrário, é ele que influencia a primeira? Para melhor entendimento destas questões o trabalho foi organizado de forma a contemplar dois objetivos: (a) verificar se os investimentos *per capita* na FDL ajudam a explicar a melhora no IDH dos municípios do estado do Piauí; (b) verificar se a melhora do IDH ajuda a explicar o aumento dos investimentos na FDL *per capita*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador sintético que busca aferir o grau de desenvolvimento social de uma dada sociedade utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Inicialmente o indicador foi pensado para identificar o grau de desenvolvimento humano de países, mas hoje tem servido para diferentes níveis de governo. É uma medida amplamente aceita de comparação do bem-estar no nível internacional (WALLACE, 2006).

O IDH foi criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq e desde 1993 tem sido utilizado em larga escala pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na elaboração de seus relatórios. A preocupação central do índice era descolar o debate em torno do desenvolvimento da esfera estritamente econômica para incorporar outras variáveis que fossem capazes de definir com maior qualidade o desenvolvimento das nações.

O IDH é composto de informações que buscam aferir a saúde, a educação e a renda *per capita*. A variável educação é aferida pelo grau de escolaridade a partir de dois elementos: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar (tempo o qual uma criança ficará matriculada). Em 1990, a renda foi aferida através do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2010, foi substituída pela Renda Nacional Bruta (RNB) que incorpora os recursos vindos do exterior no cálculo *per capita*. A saúde é aferida através da expectativa de vida ao nascer².

No Brasil, o IDH foi calculado para 1991, 2000 e 2010. O indicador é utilizado tanto para a classificação nacional como também para estados e municípios (IDH-M). A classificação do IDH é feita de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O Brasil ocupa hoje a posição de nº 73 do ranking mundial (IDH: 0,699).

Em diferentes áreas é possível identificar estudos que buscam dimensionar o papel da variável desenvolvimento humano, através do IDH, no entendimento de alguns fenômenos. Na área da Educação Física temos os trabalhos de Petroski et al. (2011), Pelegrini et al. (2011), Waissmann (2003), Costa, Cardoso e Garganta (2013). No entanto, na área de políticas públicas de esporte e de lazer há carência de trabalhos que busquem associar as políticas com o nível de IDH.

Noutras áreas é possível identificar algumas correlações feitas com o Índice de Desenvolvimento Humano e políticas públicas. Nova (2006) identificou que os gastos correntes dos municípios do estado do Ceará pouco influenciam o IDH. Mas, os gastos na Educação e na Habitação impactaram positivamente o IDH. Poker e Crozatti (2013) encontraram relação direta entre o gasto público municipal em saúde e a variação no índice IDH.

¹ O investimento na FDL, em 2012, realizado pelos municípios do Piauí, compreende 31,17% do total liquidado pelo governo federal no Programa Esporte e Lazer da Cidade de 2004 a 2011 (CASTRO, 2016).

² Ver em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>

Pinheiro (2011, p. 27) faz um alerta,

embora o GSF tenha uma correlação positiva com o IDH, ele não deve ser visto como a única fonte indutora do desenvolvimento humano e social. [...]. Esse resultado fornece indícios de que a canalização estrita de recursos financeiros não é suficiente para que se promova um sistema de proteção social eficiente. [...]. Por isso, a melhoria do IDH por meio da expansão do GSF é apenas um dos mecanismos nos quais o Estado pode promover um maior desenvolvimento humano e social.

Uma avaliação importante é que o gasto público colocado nas políticas sociais não garante relação direta entre investimentos em políticas sociais e melhoria no IDH (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005). Ou seja, “os municípios que possuem melhores índices de desenvolvimento humano deve-se também a outros fatores que não somente aos investimentos públicos” (p. 38).

Tendo em vista que os gastos na Função Desporto e Lazer compõem o gasto social, cabe pensar em que medida as políticas de esporte e de lazer atuam nessa complexa estrutura e ajudam a promover níveis mais elevados de bem-estar social. Sendo assim, é importante avaliar se os níveis estabelecidos impactam na oferta de políticas públicas de esporte e de lazer, seja no sentido de afetarem a distribuição das políticas como também de serem afetados por elas no estado do Piauí.

O estado do Piauí ocupa, desde a primeira aferição, a vigésima quarta posição dentre os estados brasileiros. Em 1991, seu IDH foi de 0,362, em 2000, foi 0,484 e em 2010, 0,646. Abaixo dele apenas os estados do Pará, do Maranhão e de Alagoas. O IDH Muito Baixo corresponde aos valores que se encontram entre 0 e 0,49; IDH Baixo entre 0,5 e 0,59; IDH Médio entre 0,600 e 0,699, IDH Alto entre 0,700 e 0,799; e IDH Muito Alto entre 0,8 e 1.

Portanto, apesar de poder ser considerado um IDH mediano, em 2010, está na parte inferior do ranking nacional. O estado do Piauí simplesmente acompanhou um contexto de melhora global dos níveis de IDH que ocorreu no Brasil durante a primeira década dos anos 2000. É possível identificar, conforme Tabela 1, que houve evolução importante do IDH dos municípios do Piauí.

Tabela 1. Evolução do IDH entre os municípios do Piauí por nível de desenvolvimento humano.

Classificação	1991 n (%)	2000 n (%)	2010 n (%)
Muito Baixo	223 (99,55)	217 (96,88)	7 (3,13)
Baixo	1 (0,45)	6 (2,68)	176 (78,57)
Médio	-	1 (0,45)	40 (17,86)
Alto	-	-	2 (0,89)
Muito Alto	-	-	-

Fonte: PNUD; IBGE.

Como pode ser percebido, houve acelerada migração dos municípios que no ano de 1991 estavam no IDH Muito Baixo (n=223; 99,55%) para, em 20 anos, o IDH Muito Baixo (n=7; 3,13%). Dada a proximidade dos valores alcançados em 2000, podemos dizer que em uma década o estado mudou completamente o perfil de distribuição dos municípios por nível de desenvolvimento humano. Outro fator relevante é que em 1991 não havia municípios com IDH Médio ou superior. Vinte anos depois já havia 40 municípios (17,86%) no IDH Médio e dois municípios alcançaram o nível IDH Alto.

Mesmo não constando no rol de variáveis que afetam o indicador IDH, não podemos descartar que as atividades esportivas e de lazer compõem o quadro de bem-estar da sociedade. Nesse sentido, mesmo que de maneira enviesada, maior engajamento em atividades esportivas e de lazer pode ter impacto importante no aumento da expectativa de vida da sociedade. Essa expectativa é recepcionada pela longevidade que é avaliada no IDH. Portanto, não deve ser estranho que exista algum tipo de relação entre os investimentos em políticas públicas de esporte e lazer e o IDH.

A participação dos municípios tem garantido aportes de recursos importantes nas políticas públicas de esporte e de lazer. Em 2002, 4.376 (78,56%) municípios fizeram investimentos de políticas públicas de esporte e lazer. Dez anos depois, em 2012, o percentual de municípios que faziam esses investimentos era de 86% (n=4.792). A grande questão

que se coloca é que variáveis explicam tamanha mobilização política em torno da pauta esportiva e de lazer. Nesse sentido, torna-se relevante compreender se o nível de desenvolvimento humano tem algum impacto no financiamento dessas políticas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo de natureza descritiva buscar avaliar o impacto do IDH no financiamento na FDL dos municípios do estado do Piauí. O estudo procurou analisar dois vetores. No primeiro, se os investimentos *per capita* na FDL impactaram na melhoria dos níveis de IDH. No segundo, se a melhora identificada no IDH de 2010 impactou positivamente no aumento do investimento na FDL em 2011/12.

Os objetivos do trabalho foram:

1. Verificar se os investimentos acumulados de 2005 a 2009 (média *per capita*) impactaram na melhoria do IDH identificado no relatório do desenvolvimento humano produzido pela PNUD em 2010.

Com relação ao objetivo 1 o estudo procurou avaliar três hipóteses:

H1. Os municípios que alcançaram IDH baixo em 2010 (n=176) tiveram mediana da distribuição per capita da média do investimento na FDL superior aos valores encontrados no IDH muito baixo.

H2. Os municípios que alcançaram IDH médio em 2010 (n=40) tiveram mediana da distribuição per capita da média do investimento na FDL superior aos valores encontrados no IDH baixo.

H3. Os municípios que alcançaram IDH alto em 2010 (n=2) tiveram mediana da distribuição per capita da média do investimento na FDL superior aos valores encontrados no IDH médio.

2. Verificar se o IDH de 2010 fez melhorar os investimentos na FDL *per capita* em 2011/12 (média) quando comparado com o FDL de 2002.

No que diz respeito ao objetivo 2, o estudo procurou avaliar a seguinte hipótese.

H4. A melhora no desenvolvimento humano identificada em 2010 garantiu níveis de investimento per capita na FDL (mediana da média per capita de 2011/12) superiores aos encontrados em 2002.

Para análise do objetivo 1, o estudo assume que os níveis de IDH impactam no investimento *per capita* na FDL por parte dos municípios do estado do Piauí. Nesse caso, os níveis de maior desenvolvimento humano, aferidos pelo IDH, apresentariam investimentos *per capita* superior ao nível imediatamente inferior.

As informações referentes à FDL foram capturadas junto ao site do Tesouro Nacional (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/publi>) nos dados referentes às contas anuais no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, entre os dias 15 e 20 de julho de 2016. As informações referentes aos municípios do Piauí foram coletadas diretamente do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para identificação da média de investimento *per capita* será utilizada – para os anos analisados, 2002, 2011 e 2012 – a projeção da população que se encontra no banco de dados do SICONFI. No caso do período 2011/12 será realizada a média quando nos dois anos os municípios apresentarem valores de investimento. Quando apresentar investimento em apenas um ano, será utilizada como referência para o período.

O tratamento estatístico buscou identificar as médias *per capita* de investimentos na FDL e as medianas por IDH e ano (2000 e 2011/12). A escolha da mediana deveu-se pelo fato de haver grande dispersão dos resultados das médias *per capita*. Para análise da participação dos municípios por IDH utilizou-se percentuais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificar se os investimentos acumulados de 2005 a 2009 impactaram na melhoria do IDH identificado no relatório do desenvolvimento humano produzido pela PNUD em 2010. Para tanto, seguiu-se a um raciocínio cuja

média das medianas *per capita* da FDL por níveis de IDH deveria garantir que os níveis de maior desenvolvimento humano tivessem maiores investimentos que o nível subsequente inferior. As três hipóteses do objetivo 1 se referem a essa tese. Como observado na Tabela 2, ela não pode ser confirmada na sua integralidade.

Tabela 2. Mediana da média *per capita* do investimento na FDL (2005-2009) por níveis de IDH dos municípios do estado do Piauí.

IDH	Nº Municípios	Mediana da média <i>per capita</i>
Muito Baixo	7	R\$ 4,83
Baixo	176	R\$ 3,89
Médio	40	R\$ 5,47
Alto	2	R\$ 2,36

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados indicam que a mediana do investimento médio *per capita* no IDH Baixo não foi superior ao encontrado no IDH Muito Baixo. Nesse caso, o resultado não confirma nossa hipótese H1. No caso dos investimentos dos municípios do Piauí de IDH Médio, houve importante elevação da mediana (o maior resultado encontrado no cenário) que superou os investimentos do IDH Baixo. Nesse caso, houve confirmação da H2. Porém, no caso IDH Alto não houve a confirmação da H3.

A hipótese central desse objetivo exigiria que os investimentos fossem capazes de ajudar a explicar a melhora nos níveis de IDH identificada na PNUD 2010 no estado do Piauí. Nesse sentido, apesar da confirmação da hipótese 2, as hipóteses 1 e 3 não se mostraram plausíveis. Nesse caso, os investimentos acumulados não ajudam a explicar a melhora do IDH. O nível de desenvolvimento humano melhora ou piora independentemente dos investimentos na FDL por parte dos municípios do estado do Piauí.

A melhora nos níveis de IDH significa que está ocorrendo melhora nas condições de vida da população. Um dos indicadores que impacta no IDH é RNB. A melhor dinâmica econômica pode permitir a injeção de recursos financeiros por parte das prefeituras e isso impactar no incremento das políticas públicas de esporte e de lazer.

Tabela 3. Mediana da média *per capita* do investimento na FDL por níveis de IDH dos municípios do estado do Piauí nos anos de 2002 e 2011/12.

IDH	Mediana da média <i>per capita</i> (R\$)	
	2002	2011/2012
1 → 1	3,36	13,21
1 → 2/3	1,82	9,71
2 → 3	2,17	11,01
3 → 4	0,99	10,96
4	0	-

Fonte: Dados da pesquisa; 1) Muito Baixo; 2) Baixo; 3) Médio; 4) Alto.

Como pode ser observado na Tabela 3, há cinco cenários possíveis. No primeiro, estão aqueles municípios que estavam em 2000 no IDB Muito Baixo e permaneceram em 2010. No segundo, estão aqueles municípios que estavam no IDH Muito Baixo em 2000 e passaram para o IDH Baixo e Médio no ano de 2010. No terceiro, os municípios que estavam com IDH Baixo em 2000 e passaram para o IDH Médio em 2010. No quarto, os municípios que estavam no IDH Médio em 2000 e passaram para IDH Alto em 2010. Como não havia nenhum município no IDH Muito Alto em 2000, eles não compuseram o quadro de análise.

Todos os cenários em que houve transição de IDH, segundo, terceiro e quarto, a média da mediana *per capita* foi superior ao encontrado em 2002. Ou seja, a mudança de nível de IDH parece garantir aumento dos investimentos na FDL. No entanto, o fato de haver municípios que permaneceram no mesmo nível de IDH, no caso em pauta o IDH Muito Baixo (n=7), terem também aumentado os investimentos quando comparando 2000 com 2011/12 indica que

não foi a melhora do IDH que pressionou os investimentos na FDL para cima.

Como podem ser observados na Tabela 2, os municípios que não fizeram transição de nível possuem as maiores medianas da média *per capita* nos dois períodos aqui analisados (2002 e 2011/12). Outra constatação importante é que não houve mudança nas posições em nenhum dos cenários. Ou seja, a força que atuou para fazer melhorar os níveis de investimento manteve as mesmas posições dos cenários apresentados.

O aumento no investimento *per capita* em 2011/12 na FDL não pode ser justificado pela melhoria do IDH apresentado pela maioria dos municípios do Piauí no IDH de 2010. Assim, rejeitamos a H4. Portanto, o IDH não é uma variável capaz de explicar a melhoria dos investimentos na FDL nos municípios do estado do Piauí, confirmando a tese de Rezende, Slomski e Corrar (2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nenhum dos objetivos aqui apresentados foi possível confirmar as hipóteses apresentadas para explicar a relação entre os níveis *per capita* de investimento na FDL e IDH. Os resultados indicaram que o Índice de Desenvolvimento Humano não sofreu ou teve implicação sobre as políticas públicas de esporte e lazer. Esse resultado não é incompatível com outros estudos que relacionam gastos sociais com o IDH, como fazem Nova (2006), Pinheiro (2011) e Rezende, Slomski e Corrar (2005). Portanto, as políticas públicas de esporte e de lazer, apesar de impactarem no bem-estar da população, não são suficientes para promoverem melhorias nos indicadores que compõem o IDH.

Dado que o aumento do Produto Interno Bruto impacta no cálculo do IDH, a melhora na economia dos municípios observada na última década pode ter influenciado a melhora no fluxo financeiro, aumentando os investimentos nas políticas públicas como um todo, dentre elas estão as de esporte e de lazer.

Porém, a melhora no fluxo financeiro, que tem impacto direto na arrecadação, não explica adequadamente a opção dos governos de aumentarem os investimentos na FDL. Outras variáveis podem orientar o comportamento dos *policy makers* e não a necessidade de responder a uma pretensa causalidade entre esporte e lazer e níveis de desenvolvimento humano. Certas ideias já consolidadas em termos de políticas públicas estão associadas a outros contextos explicativos que não a necessidade de melhorar os níveis de desenvolvimento humano de uma população. A oferta do direito não está condicionada a melhora do IDH. Alguns podem ter um impacto mais objetivo, como os investimentos em educação e saúde, que compõem a fórmula do IDH, mas, talvez, outros não.

No entanto, como alerta Albuquerque Jr. (2004), precisamos compreender que a melhora do IDH está relacionada a políticas de médio e longo prazo e não de melhora dos indicadores setoriais em um curto espaço de tempo. Diante dos resultados aqui encontrados, essa observação suscita a necessidade de analisar os investimentos na FDL, por parte dos municípios, num período de tempo maior.

Os resultados encontrados não confirmaram as hipóteses estabelecidas. Um dado marginal dessa análise foi perceber que os municípios, a despeito da inexistência de obrigações constitucionais à oferta de políticas públicas de esporte e de lazer [Art. 30 da CF/88 (BRASIL, 1988)], têm responsivos na garantia do direito.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, J. A. A. **O impacto das receitas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Estado do Ceará.** 2004. 72f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

CASTRO, S. B. E. **Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária.** 2016. 383f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

COSTA, I. T.; CARDOSO, F. S. L.; GARGANTA, J. O. O Índice de Desenvolvimento Humano e a Data de Nascimento podem condicionar a ascensão de jogadores de Futebol ao alto nível de rendimento? *Motriz*, Rio Claro, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2013.

- NOVA, M. J. **O impacto dos gastos públicos no Índice de Desenvolvimento Humano: o caso dos municípios do Ceará.** 2006. 50f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- PELEGRINI, A.; SILVA, D. A. S.; da SILVA, A. S.; PETROSKI, E. L. Insatisfação corporal associada a indicadores antropométricos em adolescentes de uma cidade com índice de desenvolvimento humano médio a baixo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 687-98, 2011.
- PETROSKI, E. L.; da SILVA, A. F.; RODRIGUES, A. B.; PELEGRINI, A. Aptidão física relacionada a saúde em adolescentes brasileiros residentes em áreas de médio/baixo índice de desenvolvimento humano. **Revista de Salud Pública**, v. 13, n. 2, p. 219-28, 2011.
- PINHEIRO, D. S. Gasto social federal e melhoria da qualidade de vida no contexto do modelo orçamentário federal brasileiro. **IPEA**, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 5, p. 19-28, Jun. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5617/1/BRU_n5_gasto.pdf>. Acessado em: 02 de março de 2017.
- POKER JÚNIOR, J. H.; CROZATTI, J. Gastos públicos com saúde e qualidade de vida nos municípios brasileiros: influência na variação do IDH - expectativa de vida na última década. **Cadernos de Finanças Públicas**, Brasília, n. 13, p. 193-215, 2013. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/arquivos-gerais/arquivo.2014-12-11.7807996922>>. Acessado em: 02 de março de 2017.
- REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V. CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.
- WAISSMANN, W. Desigualdade social e atividade física. In: BAGRICHEVSKY, M.; PALMA, A.; ESTEVÃO, A. **A saúde em debate na educação física**. Blumenau: Edites, 2003. p. 53-78.
- WALLACE, L. "People in Economics". **Finance & Development**, Washington, v. 43, n. 3, p. 4-7, 2006.

Agradecimentos:

Este trabalho é uma parceria entre o Centro de Desenvolvimento em Pesquisas de Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes Piauí e do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da UEM.

Autor correspondente: **Edson Hirata**

E-mail: **chinahirata@gmail.com**

Recebido em 09 de março de 2017.

Aceito em 20 de abril de 2017.